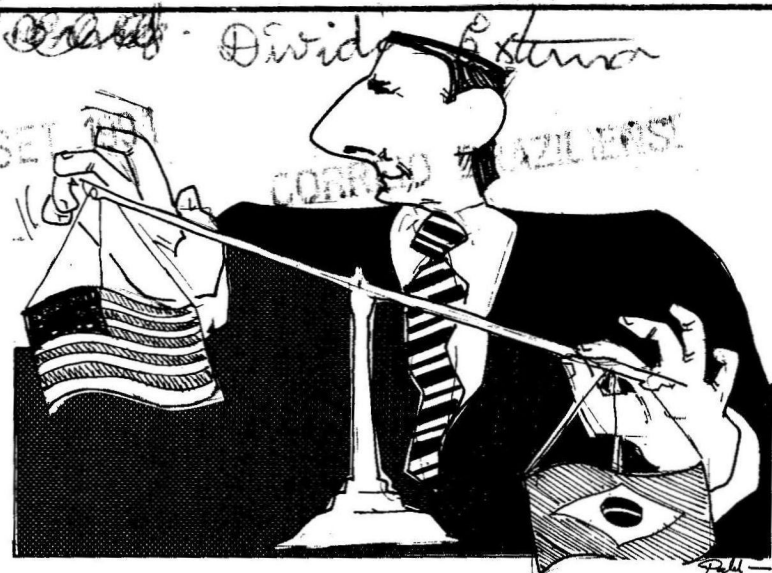


Economista vê desprestígio do Brasil

Rio — “O Brasil nunca esteve tão mal em termos de política externa como hoje”. A afirmação é do professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Reinaldo Gonçalves, que acusa o Governo de praticar políticas tontas ao longo do processo de negociação com os credores internacionais e, com isso, contribuir de forma extremamente negativa para o desprestígio do País no exterior. Segundo ele, o Brasil está cada vez mais dependente do resto do mundo e a cada dia mais distante da retomada do desenvolvimento, porque o Governo é incapaz de avaliar as transformações que estão ocorrendo no plano internacional.

A tendência dos bancos estrangeiros e, fundamentalmente, das empresas multinacionais é tirar recursos de países com características de baixo potencial de crescimento e desestabilização econômica, como o Brasil, para investir na Europa, com vistas a enfrentar a concorrência japonesa. Enquanto isso, o presidente Fernando Collor realiza uma política de bom moço, facilitando a saída de recursos do País e, desta forma, inviabilizando os investimentos no setor privado, que representa “a locomotiva do desenvolvimento brasileiro”, assinalou.

O economista define esse posicionamento como uma estratégia de sobrevivência política de governantes que defendem seus próprios interesses e não os interesses da Nação. O que o Governo brasileiro fez até hoje, a seu ver, foi atender aos pleitos norte-americanos, perdendo gradualmente o poder de barganha, no intuito de aliviar as pressões internacionais. “O Presidente cometeu vários erros ao longo dos últimos 18 meses, em nome de uma política de inserção internacional literalmente arcaica, dos anos 50. Fez diver-



sas concessões nas áreas comercial, financeira, tecnológica, entre outras, e não recebeu absolutamente nada em troca dos governos estrangeiros e do sistema financeiro internacional”, afirmou.

Reinaldo Gonçalves está convencido de que o Brasil conseguirá um acordo com o Fundo Monetário Internacional a curto prazo, devido à não favorabilidade da conjuntura econômica nacional. O mais provável, no seu entender, é que, a exemplo do que ocorreu no último ano, o Brasil apresente uma carta de intenções ao FMI, no mais tardar ao final de outubro, e o Fundo segure as propostas, aguardando a solução dos conflitos internos do País.

Quanto às negociações com os bancos estrangeiros, ele acredita que o Governo vai obter um acordo de redução da dívida durante 1991, 1992, 1993 e parte de 1994, jogando o peso maior do pagamento para 1995. E explica:

“Isso significa que o Brasil vai pagar um certo volume de recursos aos bancos nos próximos três anos. Com isso, os banqueiros mantêm o seu prestígio e resguardam suas posições e o presidente Collor alivia as pressões internacionais, deixando o ônus maior para ser negociado pelo seu sucessor. É exatamente essa a intenção do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que, seguindo uma linha de menor resistência, vai

elaborar um menu de opções e colocá-lo à disposição dos bancos credores”.

O problema, segundo o economista, é que “o que é favorável para os bancos estrangeiros e para o Governo brasileiro não é necessariamente para o Brasil”. Ele reafirma que a solução escolhida pelo Governo vai representar a não possibilidade de crescimento econômico para o País, porque não haverá recursos para financiar a retomada dos investimentos no setor público, em áreas essenciais como alimentação, saúde e educação, entre outras.

“Eu calculo que o Governo vai pagar aos bancos algo em torno de 6 bilhões de dólares e dez bilhões de dólares às multinacionais, o que vai significar uma carga muito grande para o País. Acontece que todas as medidas estratégicas do Governo sempre convergiram no sentido de aumentar a vulnerabilidade externa do País. Os banqueiros e o FMI trabalham em seu interesse próprio, e o que querem é o retorno de seus investimentos. E o presidente Collor está convencido de que, ao fazer a política de bom mocinho, vai captar recursos para o Brasil, quando o que vai conseguir é viabilizar cada vez mais a saída de dinheiro, não só via banco com também por meio das multinacionais, através de juros e dividendos”.